

A luta contra a dependência das importações: uma experiência do Ministério da Guerra durante o Estado Novo

LUIZ ROGÉRIO FRANCO GOLDONI

Resumo

Este artigo aborda a campanha “Consumo de Artigos Nacionais”. No Estado Novo, o Exército tentava reduzir a dependência das importações de material militar, impedir a evasão de divisas e desonerar a produção industrial, à qual cabia desenvolver pesquisas, como nas grandes potências. Tal iniciativa repercutiu na FIESP e contribuiu para a modernização e criação de novas indústrias.

Palavras-chave:

Desenvolvimento Nacional, Indústria Bélica, Dependência Externa, Substituição de importação, *Lend-Lease Act*.



The struggle against importation dependence: an experiment from the Department of War during the “Estado Novo”

Abstract

This article addresses the “Consumption of Domestic Goods” campaign. During the New State, the Army tried to reduce the dependency on warfare imports, avoid the evasion of assets, and leave industrial production, to develop research, as did the great powers. Such initiative had repercussions in the Federation of Industries of the State of São Paulo, and contributed to the modernization and creation of new industries.

Keywords: National Development; War Industry; External Dependency; Substitution of Imports; *Lend-Lease Act*.

LUIZ ROGÉRIO FRANCO GOLDONI

Doutor em Ciência Política pela UFF, professor do Departamento de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais da UFF, e pesquisador do Observatório das Nacionalidades.

1 INTRODUÇÃO

Às vésperas da Segunda Guerra Mundial, o Brasil buscava aumentar sua autonomia industrial e bélica. Naquele momento, a quebra da bolsa de Nova York de 1929 colocara em xeque o modelo agroexportador baseado na monocultura do café. Diante da situação, as exportações brasileiras foram sensivelmente afetadas; a falta de divisas e a crise cambial dificultavam a importação de manufaturas. Este cenário favorecia a criação e desenvolvimento de novas indústrias.

A brusca interrupção dos afluxos financeiros oriundos do exterior e das exportações (queda de 88 milhões de libras esterlinas-ouro em média no período 1926-1930 para 38 milhões no quinquênio seguinte) resultou na desvalorização da moeda brasileira e consequentemente na redução das importações.¹ Logo, como aponta Prado Junior (2008, p. 292),

O consumo do país sofria assim grande desfalque, o que naturalmente estimulará a produção interna. Apesar da crise e das dificuldades de toda ordem neste momento de subversão econômica internacional, veremos crescer a produção brasileira de consumo interno, tanto agrícola como industrial.

Com a desvalorização cambial, a mercadoria que era importada por 100 cruzeiros passou a ser importada por quase o dobro. Com isso, o produtor brasileiro que conseguisse manufaturar esse bem por 150 cruzeiros, por exemplo, conseguiria ser competitivo no mercado nacional, apesar da sua baixa produtividade do trabalho. Com a barreira cambial, qualquer atividade produtiva capaz de substituir, mesmo com artigos inferiores, aqueles que se tornaram subitamente caros, teria boas perspectivas de sucesso. “Isso tinha de dar, como efetivamente deu, num crescimento industrial desordenado, desconexo, mal estruturado e fundamentado” (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 299).

A partir de 1933, quando a economia brasileira começou a se recuperar da crise, se iniciaria, de fato, o processo de industrialização do país. A política governamental keynesiana de expansão de

1 A importação média anual que fora da ordem de 5.460.000 toneladas no período 1926-1930, caiu para 3.830.000 toneladas no período 1931-1935 (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 292).

crédito, com a compra do café para posterior queima do produto, manteve inalterado o nível de demanda e de consumo interno,² o que estimulava novos investimentos industriais.

As décadas de 1930 e 1940 ficariam marcadas pela substituição de importação dos bens de consumo “leves” e não duráveis. Nesse período, a produção industrial brasileira teve um crescimento extraordinário. Segundo análise de Simonsen (1973, p. 28), que utiliza um coeficiente de ponderação que leva em conta fatores como a inflação e o custo de vida, entre 1914 e 1938 a produção industrial do país praticamente quadruplicou e a do Estado de São Paulo mais do que quintuplicou. O governo federal estimulava a criação e expansão de indústrias mediante a utilização de cotas de importação, o aumento ou redução de impostos e através de investimentos públicos diretos:

O surto de industrialização “espontânea” foi auxiliado, em fins da década de 30, por uma política consciente de intervenção estatal, à medida que o repúdio do Estado Novo ao liberalismo político trazia consigo a determinação de se afastar do liberalismo econômico. Os empresários particulares eram estimulados a prosseguir com seus próprios esforços, enquanto o governo federal ampliava a sua autoridade para dirigir a economia por dois modos principais: a “manipulação de incentivos”, tais como impostos, controles de câmbio, cotas de importação, controles de crédito e exigências salariais; e a intervenção direta, através de investimentos públicos, em setores como ferrovias, navegação, serviços públicos e indústrias básicas, como o petróleo e o aço (SKIDMORE, 2007, p. 66-67).

2 Conforme Bresser Pereira (1998, p. 51), “a manutenção da demanda agregada interna em termos keynesianos [ocorreu] graças às compras, pelo Estado, de café para ser estocado e depois queimado. Em vez de se deixar o café sem compradores no pé, ou apenas derrubá-lo no chão, o que pareceria à primeira vista mais lógico, o Estado comprou o café. Toda uma série de trabalhos inúteis – porque afinal só queimava o café – foi realizada. Mas, conforme depois ensinou Keynes, da mesma forma que construir pirâmides ou abrir buracos para depois enchê-los, colher o café para depois queimá-lo tinha uma virtude básica: sustentava o nível da demanda agregada, ou seja, mantinha os trabalhadores empregados, evitava que as empresas fossem à falência, mantinha o nível de consumo e mesmo de investimento (já que a formação de estoques é um investimento). [...] Realizávamos assim, antes que Keynes houvesse publicado, em 1936, sua clássica Teoria geral, uma política econômica tipicamente keynesiana, e obtínhamos bons resultados”.

No setor bélico, apenas na década de 1930, foram criados seis novos estabelecimentos fabris federais.³ Os batalhões de engenharia do Exército seriam ainda responsáveis pela construção de estradas e ferrovias. Naquela década, apenas no Estado de Mato Grosso, o Exército construiu as rodovias Campo Grande – Ponta Porã, com 335 km de extensão, e Campo Grande – Cuiabá, com 900 km de extensão. A melhoria da infraestrutura de transporte era um desafio tanto para a defesa militar quanto para a industrialização e unificação do mercado nacional.

Nas décadas de 1930 e 1940, o mercado brasileiro não estava integrado. São Paulo se beneficiava das linhas férreas instaladas no auge do período cafeeiro e das novas rodovias para escoar sua produção para os Estados circunvizinhos e para o porto de Santos. Por cabotagem, a produção paulista seguia para o restante do país. Contudo, por causa dos elevados gastos com o frete, mesmo as mercadorias produzidas em São Paulo poderiam perder competitividade diante das produzidas em uma pequena indústria interiorana.

Não obstante as restrições orçamentárias e técnicas, o Exército foi o responsável pela construção de 1.363 km de ferrovias na primeira metade da década de 1940.⁴ Esse número ganha importância quando se leva em conta que entre 1939 e 1949 foram instalados 1.800 km de ferrovias no país (CANO, 2007).

Contudo, apesar das ações “desenvolvimentistas” do Ministério da Guerra (MG) e dos desestímulos às importações patrocinados pelo governo federal, diretores das fábricas militares davam preferência aos produtos importados, mesmo quando os congêneres nacionais eram mais baratos e de qualidade similar. Em 1934, o Sindicato dos Industriais de Artefatos de Borracha criticava a

3 Fábrica de Material Contra Gases (Fábrica de Bonsucesso), Fábrica de Canos e Sabres para Armas Portáteis (Fábrica de Itajubá), Fábrica de Projétil de Artilharia (Fábrica do Andaraí), Fábrica de Estojos e Espoletas de Artilharia (Fábrica de Juiz de Fora), Fábrica de Viaturas do Exército (Fábrica de Curitiba) e Fábrica de Material de Transmissões.

4 Na década de 1940, o Exército construiria mais de mil quilômetros de estradas de ferro no sul do país, com destaque para: Estrada de Ferro Rio Negro - Bento Gonçalves (600 km), Estrada de Ferro S. Tiago - S. Luiz -Cerro Azul (162 km), Estrada de Ferro D. Pedrito - Santana do Livramento (101 km) e Estrada de Ferro Pelotas - Santa Maria (400 km) (MG. RMG, 1944, p. 227-231).

direção da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB), na época comandada pelo coronel Mendonça Lima, por preferir artigos importados ao invés dos nacionais “melhores e mais baratos”. Segundo o Sindicato afirmava, produtos fabricados no país haviam sido adquiridos anteriormente pela Comissão de Compras da EFCB.⁵ Uma campanha lançada pelo MG em abril de 1939 pretendia pôr fim a essas práticas aparentemente “inexplicáveis” que se chocavam com as pretensões nacionalistas do Estado Novo.⁶

A campanha “Consumo de Artigos Nacionais” é um dos muitos exemplos do chamado “nacionalismo econômico” que marcou o Estado Novo. Essa iniciativa do MG sintetiza as duas formas adotadas pelo governo federal para ampliar sua autoridade para dirigir a economia, apontadas anteriormente por Skidmore (2007): a “manipulação de incentivos” e a intervenção direta. Mais ainda, a campanha em discussão demonstra como o “nacionalismo prático” militar, nas palavras do general Aribur Portella, condizia com o nacionalismo do Estado Novo. Como assinala Skidmore (2007, p. 69),

Durante o Estado Novo, Vargas intensificou também o apelo aos sentimentos brasileiros de nacionalismo econômico. A opinião nacionalista variava da suspeita elementar contra os aproveitadores estrangeiros, até sofisticadas teorias de estratificação econômica internacional. O efeito prático do nacionalismo econômico foi criar condições de apoio às medidas para a industrialização, da mesma forma que incrementou a intervenção estatal na economia.

Industrialização e desenvolvimento logo seriam identificados como elementos essenciais para a segurança e defesa da nação. O binômio segurança-desenvolvimento analisado por especialistas como Stanley Hilton e Gerson Moura aparece nitidamente nessa

5 “No interesse indústria e borracha nacionais solicitamos Vossencia mandar proceder novos estudos ofertas acumuladores Comissão Central Compras concorrência 904033/42 evitando saída ouro País e adquirindo material mais barato e superior igual última compra cinquenta acumuladores feita pela Estrada procedência nacional” (FIESP, 1934, s/n. Circular nº 532-A, 27 de junho de 1934).

6 No dia 10 de novembro de 1937, apoiado pelos militares, Getúlio Vargas deu um golpe político inaugurando um dos períodos mais autoritários da história do país, que passaria a ser conhecido como Estado Novo. Para mais informações sobre o Estado Novo ver, por exemplo, os livros de Edgard Carone (1976; 1978) e de Thomas Skidmore (2007).

campanha nacional-desenvolvimentista patrocinada pelo Estado brasileiro.

2 A CAMPANHA “CONSUMO DE ARTIGOS NACIONAIS”

Em 1939, o general Eurico Gaspar Dutra, então ministro da Guerra, defendia a necessidade de maior participação civil no processo de industrialização, especialmente no setor bélico. A Diretoria de Material Bélico, subordinada diretamente ao Ministro e responsável pela administração das fábricas e arsenais de guerra, com exceção da Fábrica de Material de Transmissões,⁷ iniciou a campanha “Consumo de Artigos Nacionais”. Mencionada iniciativa seguia recomendação, aprovada por Vargas, do Conselho Federal do Comércio Exterior, determinando que todos os ministérios dessem preferência, em suas compras, aos artigos de manufatura nacional. O Ministério baixou orientação determinante para o estímulo da produção doméstica e alertou para a fiscalização da qualidade das mercadorias.

Um exame nas seções de Compras de nossas fábricas mostrará o absurdo – para a nossa época – de adquirirmos no estrangeiro artigos que já produzimos ou que já saem do nosso solo para o comércio. Produtos há que abundam em nosso território e que sob a forma de matéria-prima são importados de países que não os têm; frequentemente são artigos nossos, aqui chegados de tor-na-viagem.

Isso resulta, evidentemente, da exploração de artigos que importamos (muita vez aqui adquiridos sem beneficiamento algum), tal o apego que temos aos rotineiros processos administrativos sem maior exame nos respectivos regulamentos, onde se encontram disposições que corrigem a insensatez.

Os diretores de nossos estabelecimentos fabris devem dedicar a máxima atenção a esses fatos, que se opõem ao senso comum e que não atendem aos interesses da Segurança Nacional. Devem recomendar aos seus fornecedores o uso de matéria-prima nacional, estabelecendo a preferência para os que a utilizarem, e abandonando os que se obstinam, sem justa razão, na compra de matérias-primas estrangeiras.

7 Naquela época a Diretoria de Material Bélico era responsável pela administração dos Arsenais de Guerra do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul (conhecido também como Arsenal de Guerra da Margem) e de oito fábricas: Fábrica de Pólvora de Estrela, Fábrica de Cartuchos de Infantaria (ou Fábrica do Realengo), Fábrica de Pólvora de Piquete (ou Fábrica Presidente Vargas), Fábrica de Material Contra Gases, Fábrica de Canos e Sabres, Fábrica de Projétil de Artilharia, Fábrica de Estojos e Espoletas e Fábrica de Viaturas do Exército.

Na situação em que se encontram de grandes compradores de artigos nos nossos mercados, é forçoso colocarem-se à testa do encorajamento aos produtos que atendem aos problemas da Segurança Nacional, fiscalizando, ao mesmo tempo, a conduta dos que, para isso, recebem favores federais, pois alguns desses – notadamente na indústria siderúrgica – se obstinam em dar pouca atenção aos fornecimentos para a indústria bélica, por preferirem os lucros fáceis na produção de ínfima qualidade, para o consumo comercial sem exigências específicas. Esses precisam ser notificados de que tal conduta levará a cessação do auxílio que recebem da União (CONSUMO de Artigos Nacionais, 1939, p. 3).

Uma matéria publicada no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro (12 de abril de 1939) reproduzia o boletim do diretor de Material Bélico, general Aribur Portella.⁸

O Sr. Ministro da Guerra, por aviso, recomendou ao Exército a conveniência de preferir os artigos de procedência nacional na satisfação de nossas próprias necessidades.

A referida recomendação interessa diretamente aos diferentes órgãos de produção da Diretoria do Material Bélico, onde não são pequenas as aquisições diariamente feitas para o desenvolvimento de suas atividades industriais. Dirigindo-me aos nossos estabelecimentos fabris militares, fixo a atenção dos respectivos Diretores para a necessidade de um perfeito “controle” de execução sobre o que se contém na recomendação ministerial. [...] Por outro lado, estamos a ver que, em um momento a outro, ficar-nos-ão fechados os mercados europeus, donde nos chega a maioria de recursos que interessam à indústria bélica (CONSUMO de Artigos Nacionais, 1939, p. 3).

Ao longo da década de 1930, o esforço de substituição de importações foi intensificado. Até então, os diretores das fábricas militares preteriam artigos de procedência nacional por similares importados. A campanha em discussão, animada pelo espírito desenvolvimentista e nacionalista do Estado Novo, gerava uma situação inédita: o estabelecimento de intercâmbios efetivos entre

8 O texto da campanha “Consumo de Artigos Nacionais”, com a exceção dos dois parágrafos iniciais e dos quatro parágrafos conclusivos, foi reproduzida no Relatório do Ministério da Guerra (doravante RMG) de 1939 (com algumas pequenas adaptações, como a mudança do tempo verbal utilizado). As passagens retiradas do texto não seguem a ordem com que foram publicadas no *Jornal do Commercio* ou no RMG, mas o conteúdo original não foi comprometido. O *Jornal do Brasil* não noticiou a campanha.

as fábricas militares e civis, contemplando inclusive o repasse de tecnologia.

Como rumo a traçar para as nossas necessidades industriais, indico a conveniência de incentivarmos intensivamente a indústria civil, passando progressivamente para ela o que produzimos nos estabelecimentos militares pela boa razão de que, no dia da luta, dificilmente serão satisfeitas aquelas necessidades pelos estabelecimentos das duas precedências – civil e militar.

Se nos ocupamos no Exército com a fabricação de materiais bélicos, é porque não os encontramos na indústria civil.

Em um meio industrial acanhado, como o nosso, foi preciso que tomássemos a iniciativa de fundar estabelecimentos militares para o conhecimento industrial das características dos materiais que nos chegam do estrangeiro, utilizando, tanto quanto possível, a matéria-prima nacional que, muita vez, não se adapta bem à técnica de fabricação alheia.

Precisamos, porém, transmitir ao meio civil o resultado dos nossos trabalhos.

Desde que a indústria civil for se mostrando capaz, devemos reduzir as atividades dos estabelecimentos militares ao mínimo, no suficiente para alimentar as pesquisas [ilegível] para controlar o preço de custo (CONSUMO de Artigos Nacionais, 1939, p. 3).

Apesar do crescimento industrial do país no referido período, o Ministério da Guerra continuava a ser efetivamente um produtor quase solitário de artefatos de uso militar. Conforme o diretor de Material Bélico apontava, o crescimento das necessidades materiais do Exército deveria ser suprido pelo “meio civil”, uma vez que seria impossível “acompanhar essa marcha ascendente” com a multiplicação ilimitada das unidades produtivas sob a responsabilidade do Exército: “as instalações são cada vez mais custosas, iriam-se multiplicando sem medida absorvendo recursos que poderiam ser melhor aproveitados”.

Os militares desejavam transformar suas instalações fabris em verdadeiros laboratórios de pesquisa, aos moldes do praticado nos Estados Unidos, Grã-Bretanha e Alemanha. Como evidenciado, as atividades meramente produtivas desviavam recursos financeiros e humanos das práticas ligadas à P&D, dificultando a inovação.⁹ De acordo com Waldimir Pirró e Longo, o desenvolvimen-

9 “[I]novação significa a solução de um problema, tecnológico, utilizada pela primeira vez, compreendendo a introdução de um novo produto ou processo no mercado em escala comercial tendo, em geral, positivas repercussões socioeconômicas” (LONGO, 2007a, p. 117-118).

to industrial depende da “criação de inovações” (LONGO, 2007). Ressalta-se que a demanda por conhecimento científico-tecnológico, por processos industriais e por infraestrutura crescentemente diversificada e complexa é uma das características dos aparelhos militares modernos.

3 OS INCENTIVOS AO EMPRESARIADO

Ao tempo em que lamentava a inexistência de um parque industrial mais complexo no país, Portella justificava o fato da sua corporação ocupar-se com a construção e a modernização de fábricas. Tal manifestação pode ser interpretada como um chamado aos industriais civis. Era claro o interesse do Exército em estabelecer uma sintonia entre suas necessidades e as atividades de empresários da indústria. O Comando abandonava a tendência corporativista de manter a produção bélica sob sua responsabilidade e justificava a nova atitude como indispensável à liberação de disponibilidades orçamentárias que poderiam finalmente ser destinadas à realização de pesquisas, como a contratação de mão de obra especializada.

O exame detalhado dos produtos acabados ou semiacabados que podem ser feitos na indústria civil, conduzirá à economia nas instalações incessantemente reclamadas, ao mesmo passo que dará recursos para a mão de obra especializada, cujas verbas são anualmente motivo de pedidos de aumento (CONSUMO de Artigos Nacionais, 1939, p. 4).

Neste âmbito, o Exército emergia como consumidor relevante da produção industrial doméstica, engrossando a tendência de ampliação do consumo interno firmada com o aceleração da urbanização; contudo era um consumidor exigente. Segundo o diretor de Material Bélico, a principal função das unidades produtivas do Exército seria estudar os materiais importados e desenvolver técnicas para utilização de matérias-primas nacionais. Isto exigiria mudanças nos métodos de produção e a montagem de um sistema de ciência e tecnologia compatível.

Urgia, pois, a corporação se capacitar para supervisionar a qualidade da produção civil e desenvolver a tecnologia necessária aos produtos dos quais precisava. As unidades produtivas do Exército deveriam gerar conhecimento técnico-científico a ser repassado

ao empresariado. Obviamente, a transferência de tecnologia estaria condicionada à disposição dos industriais em adotar as orientações militares.¹⁰

No momento que passa, o maior serviço que os nossos Diretores de fábricas poderão prestar ao Exército, mesmo acima do aumento da capacidade de produção dos seus respectivos estabelecimentos, é difundir no meio civil a indústria militar, ou orientá-la na produção dos semi-produtos de que necessitamos.

É bem certo que a indústria civil, à falta de um trato habitual com tais assuntos, não está imediatamente habilitada para a confecção de todos os produtos ou semi-produtos que enchem a atividade industrial de nossas fábricas. Nós, porém, temos a obrigação de ir ao seu encontro, procurando educá-la convenientemente.

Nisso devemos pôr todo interesse, quer pelo contato direto dos nossos técnicos, quer por meio de correspondência, pondo-a, de qualquer forma, ao corrente das necessidades de nossa documentação técnica e dos conselhos ditados pela experiência adquirida (CONSUMO de Artigos Nacionais, 1939, p. 3).

A condição de repassador de conhecimento especializado satisfazia o amor-próprio corporativo; deixava seus integrantes na condição de agentes civilizadores e modernizadores. Anteriormente, Portella enfatizava o pioneirismo militar na criação de uma indústria bélica em um “meio industrial acanhado como o nosso”. Então, a campanha pró-industrialização se confundia com a promoção da imagem da corporação. Num meio industrial “infante” como o brasileiro, destacava-se a posição das fábricas militares.

Na verdade, a contribuição do Exército para a capacidade das empresas não era uma novidade: a corporação foi pioneira na formação de engenheiros metalúrgicos e químicos no país, profissionais indispensáveis ao desenvolvimento industrial (AMARANTE, 1999; DOMINGOS NETO; GUERREIRO MOREIRA, 2010; GOLDONI, 2011) Mas, agora, tratava-se de uma colaboração direta, e de mão

10 Longo e Moreira (2009) ressaltam que a tecnologia não se restringe apenas ao saber como fazer (*know-how*), busca entender o porquê fazer (*know-why*). O *know-how*, conjunto de instruções empregadas para produzir uma mercadoria, é sinônimo de técnica. Muitas vezes a “transferência” de *know-how* é confundida com a transferência de tecnologia, mas esta só ocorre quando o vendedor cede o conjunto de conhecimentos necessários para que o comprador possa inovar e com isso desenvolver sua própria tecnologia. Neste caso, o comprador deve possuir uma equipe técnica capacitada para absorver os conhecimentos.

dupla, entre o empresariado e a corporação.¹¹ No começo dos anos 1940, o Ministério da Guerra firmou convênios para instrução de soldados em cursos de mecânica oferecidos nas fábricas da General Motors e Ford. Em dois anos, as duas fábricas foram responsáveis pela formação de mais de 300 soldados especialistas em mecânica, hábeis na montagem, desmontagem e manutenção de viaturas automotoras de todos os tipos em uso no Exército.

Como evidenciado, a campanha de abril de 1939 chamava a atenção do empresariado nacional sobre a contraprodutividade de se utilizar insumos importados que poderiam ser adquiridos no país. Sem dúvida, a moda e os costumes europeus fascinavam a elite brasileira, com destaque para os oficiais, formados na admiração dos feitos das grandes potências. Ademais, a preferência pelos importados podia ser ainda consequência da baixa qualidade da produção brasileira ou então de empréstimos contraídos no exterior com obrigações de aquisição externa.

Contudo, dificilmente a predileção pelos produtos estrangeiros resistiria às possibilidades de aumento da margem de lucro. A desvalorização cambial encarecia as importações e tornava atrativa a aquisição de produtos nacionais, desde que estes tivessem uma qualidade adequada.

A preferência pelos insumos e matérias-primas importados poderia também derivar da falta de informações sobre a produção nacional. Havia uma grande precariedade do levantamento estatístico no país como um todo, sobretudo no tocante à economia. Havia ainda a fragilidade do sistema de transporte, que podia tornar a aquisição do insumo importado mais vantajosa por conta do valor do frete.

¹¹ Em geral, a relação entre os militares e a indústria privada é ignorada pela literatura referente à história da indústria e à da engenharia no Brasil. Warren Dean, no livro *A industrialização de São Paulo*, retrata a história da criação do principal parque industrial da América Latina no período 1880-1945. Entretanto, Dean não menciona em nenhum momento a participação dos militares na criação de importantes indústrias paulistas, como a Companhia Nacional Forjagem de Aço Brasileiro e a Fábrica de Aparelhos Óticos, nem fala sobre a Fábrica de Pólvoras de Piquete, instalada no interior de São Paulo. Wilson Cano ao escrever sobre a indústria paulista tampouco fala sobre as fábricas militares.

Para estimular o empresariado nacional a utilizar insumos fabricados no país, o general Portella sublinhou que aqueles que desejassem aproveitar o “grande mercado consumidor” militar deveriam se ajustar às recomendações da campanha. A campanha foi desencadeada no momento certo: em abril de 1939, ninguém imaginaria que a Segunda Guerra Mundial duraria até 1945 e atingiria dimensões tão grandiosas, afetando severamente os fluxos comerciais.

Consoante estabelecido, a campanha firmava o Exército como consumidor da produção doméstica e aproximava os militares do empresariado industrial emergente. O diretor de Material Bélico concluiu o texto desta com um apelo convidativo ao “nacionalismo prático”:

As nossas deficiências industriais são por demais conhecidas e debatidas no meio industrial militar. Não vamos, porém, permanecer eternamente nesses debates e na enumeração [ilegível] de suas falhas.

Basta de palavras; deixemos o “muro das Lamentações”: precisamos fazer nacionalismo prático (CONSUMO de Artigos Nacionais, 1939, p. 4).

Portella se referia ao estímulo às indústrias existentes e ao surgimento de novas indústrias mediante “encomendas compensadoras de artigos que interessam aos materiais bélicos, pagos à medida dos fornecimentos”. Evidentemente, os empresários teriam “a certeza de compensações com as despesas nas aquisições de máquinas e nas instalações correlatas”.

Conforme assinala o Relatório do Ministro da Guerra (RMG) referente a 1939, a campanha “Consumo de Artigos Nacionais” foi um sucesso, já que, após sua divulgação, um grande número de empresas civis teria manifestado vontade de colaborar com o Exército desenvolvendo manufaturas de interesse militar e explorando as riquezas minerais nacionais. De fato, a campanha foi bem recebida pela indústria paulista. A FIESP (1939) enviaria congratulações ao Ministro “por tão feliz iniciativa”.

Em telegrama do dia 19 de abril de 1939, o general Edmundo Galvão solicitou que a diretoria da FIESP fornecesse ao Ministério da Guerra uma lista contendo os preços, as especificações e outros detalhes da produção das fábricas paulistas. Neste âmbito, as

debilidades estatísticas dificultavam o conhecimento da produção das fábricas brasileiras. Não obstante, o Ministério da Guerra alimentaria suas relações com a indústria paulista por meio da realização de vultosas encomendas de produtos acabados e semiacabados. Além das encomendas, que garantiriam retorno aos investimentos necessários para atender às demandas do Exército, o MG oferecia facilidades para obtenção de novos equipamentos nos Estados Unidos, mediante o *Lend-Lease Act*. Paradoxalmente, a busca pela autonomia bélica e o desenvolvimentismo nacionalista do Estado Novo acabariam por aprofundar a dependência externa em relação à grande potência.

4 O LEND-LEASE ACT E O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

O *Lend-Lease Act* (também conhecido como *Lend-Lease Bill*) foi aprovado pelo Congresso estadunidense em março de 1941.

Através deste instrumento jurídico, o Presidente dos Estados Unidos podia, discricionariamente, vender, arrendar, emprestar ou trocar armas ou outros equipamentos para defesa com qualquer país, “cuja defesa o Presidente julgasse vital para a defesa dos Estados Unidos” (ALVES, 2002, p. 117).

Na prática, como esclarece Vágner Camilo Alves, esse ato visava acabar com as restrições legais que impediam que os EUA oferecessem auxílio material às forças militares que combatiam o Eixo. Ainda de acordo com Alves (2002, p. 133), o Brasil receberia até o final da guerra US\$ 332 milhões em equipamentos estadunidenses. Isto fazia do país “o 5º maior recipiente de recursos fornecidos pelos Estados Unidos por intermédio do *Lend-Lease*, atrás do Império Britânico (visto em conjunto), URSS, França e China”. Como se pode perceber, o conceito de “equipamentos para defesa” adotado pelos estadunidenses seria dos mais amplos, reflexo da imbricação entre capacidade industrial e capacidade bélica.

O *Lend-Lease Act* e o apoio do Ministério da Guerra foram fundamentais para a expansão da Companhia Nacional Forjagem de Aço Brasileiro (Confab) e da Sociedade Anônima Marvin, ambas localizadas no Estado de São Paulo. Em setembro de 1942, a primeira assinou um contrato de dez anos com o MG para a forjagem e usinagem de projéteis de artilharia, desde o calibre 75 mm até o

178 mm.¹² Com este contrato, a Confab pôde montar novas plantas industriais.

Na criação do parque de forjagem, à época o maior da América do Sul, a Companhia foi estimulada a utilizar matéria-prima nacional. Logo, todo setor da fábrica destinado ao forjamento foi constituído por insumos e equipamentos brasileiros. O parque de usinagem foi completamente importado dos EUA. Essa operação contou com o auxílio do MG, que conseguiu facilitar a aquisição naquele país, através do *Lend-Lease Act*, dos tornos mais modernos do mercado.

Em setembro de 1942, a Confab iniciou suas operações de forjagem. Ao final daquele ano, a fábrica já havia forjado 100 mil corpos de granadas de aço de 75 mm, cuja usinagem ficou a cargo do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro. Com a inauguração do setor de usinagem, em agosto de 1944, a Confab passou a usinar e forjar, em suas próprias instalações, mais de mil projéteis de 75 mm por dia (MG. RMG, 1944), alcançando rapidamente as metas estabelecidas no contrato assinado.

Com vistas a um melhor aproveitamento da sua capacidade produtiva e uma diversificação de mercado, a Confab, em 1944, começou a fabricar bengalas e cruzetas para automóveis e outras diferentes peças.

Seguindo os exemplos de organizações congêneres, nos mais adiantados países do mundo, a Confab deverá, proximamente, produzir nas suas oficinas 30 % para o setor militar e 70 % para o setor civil, sendo que a parte de produção civil será organizada de modo que se possa transformar, em caso de necessidade, para atender às necessidades militares.

Reputo esses informes importantes porque, tendo sido a Confab organizada por inspiração e sob o estímulo deste Ministério, é muito auspicioso o fato de que ela, em breve futuro, independa do Exército para viver, não ficando a Administração da Guerra, assim, onerada com o compromisso de sustentar financeiramente todas as atividades da Companhia, o que aconteceria se ela só produzisse munições de guerra. Ao contrário, com uma

12 “Forjar” um aço é um processo metalúrgico que aumenta a resistência do metal, possibilitando manufaturar tubos de canhão de menor espessura e menor peso. “Usinar” é um processo mecânico para obter tubos nas medidas indicadas mediante o emprego de máquinas operatrizes que retiram material para reproduzir as dimensões do desenho de projeto. Agradeço ao general José Carlos Albano do Amarante por esses esclarecimentos.

grande produção para o consumo civil, que lhe proporcione lucros compensadores, mais folgada ficará a Confab na manufatura de projéteis de artilharia e a mais baixo custo, podendo, então, fornecer a este Ministério majoradas quantidades de munição, dentro das verbas orçamentárias de que o Exército para isso dispuser (MG. RMG, 1945, p. 136-137).

Ao buscar um novo fornecedor de projéteis de artilharia, o MG acabou por contribuir na criação de uma indústria de autopeças, cuja produção dual poderia facilmente atender suas demandas em caso de necessidade. O contrato de 1942 foi benéfico para as duas partes: o Exército se aproximou um pouco mais da sua autonomia e a Confab expandiu sua produção e sua gama de clientes.

Em dezembro de 1942, o MG firmou contrato com a Sociedade Anônima Marvin para a fabricação de 200 mil estojos de latão para granadas de 75 mm. A fábrica passou a ser estimulada a fundir e laminar o latão, o que a possibilitaria a preparar os *godets* para o estiramento.¹³

Em 1944, a Marvin já laminava o latão em perfeitas condições técnicas e fabricava os estojos de artilharia de 75 mm da sua primeira encomenda. Com isso, o MG conseguira se emancipar do monopólio exercido pela Laminação Nacional de Metais, única empresa brasileira, até então, capaz de produzir os *godets* de latão para o estiramento de estojos de artilharia. Com a nova concorrência, a Laminação Nacional de Metais não poderia mais impor seus preços aos militares.

Semelhante ao maquinário do setor de forjagem da Confab, os novos laminadores, fornos de tratamento térmico e máquinas de usinagem da Marvin foram inteiramente fabricados no Brasil. A máquina para a “*virola* do estojo” – talvez a operação mais difícil de toda a linha de fabricação – foi pioneiramente manufaturada no Brasil e obteve excelentes resultados em termos de preço e produtividade.

Em 1944, através do *Lend-Lease Act*, a Marvin celebrou contrato com a firma *The Hydraulic Press Manufacturing Company*. Pelo acordo, a empresa estadunidense forneceria uma moderna instalação de prensas hidráulicas com capacidade de produção horária

13 *Godets* são blocos cilíndricos repuxados com máquinas especiais para obtenção de estojos de artilharia, sem pontos fracos na estrutura, o que garante elevadas pressões para impulsionar os projéteis.

de 500 estojos dos calibres 37, 75, 76,3, 88 e 105 mm. Ao final de 1944, a capacidade de produção da Marvin estava em torno de 400 mil estojos por ano (MG. RMG, 1945).

O MG contribuiu também para a expansão da Companhia Nitro-Química Brasileira, situada no Bairro de São Miguel Paulista, em São Paulo. Em consequência do contrato assinado com o Ministério, em 1944, a companhia criou uma nova fábrica destinada à produção de trotil (TNT), com capacidade de produção anual de cerca de mil toneladas (capacidade próxima à da Fábrica de Pólvora de Piquete), que poderia ser aumentada conforme as necessidades. Prevvia-se que a montagem da fábrica estaria concluída em 1945. No contrato, o MG assegurou a compra de toda a produção de trotil durante seis anos. Essa garantia ofereceu à Nitro-Química a segurança necessária de que ela teria um retorno satisfatório dos novos investimentos realizados (MG. RMG, 1945).

Talvez, a maior participação do MG na criação de uma nova fábrica tenha ocorrido com a Fábrica de Aparelhos Óticos. Em 1940, o Ministério da Guerra recebeu a notícia da existência de uma modesta oficina de ótica, localizada na cidade de Santos. Até então, a implantação da indústria ótica no Brasil parecia uma preocupação longe de ser solucionada. Nas palavras do Ministro da Guerra,

Aspiração comum do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, a sua realização será um marco-base na história da indústria nacional, porque a ótica é também de fundamental interesse para a ciência e para as demais indústrias do país. É preciso levar em conta, com efeito, que a implantação da ótica para fins militares trará, progressivamente, em consequência, a realização fácil da ótica oftalmológica (óculos e *pince-nez*) – esta mesma ainda inexistente entre nós – e da ótica para fins científicos (microscópios e instrumentos de laboratório) (MG. RMG, 1945, p. 140).¹⁴

A oficina em discussão pertencia à família Gabos. Nela, trabalhavam Silvio Gabos (italiano de nascimento, residente no Brasil há 55 anos, artífice de lentes), seu filho Ito Gabos e seu genro Décio Fernandes de Vasconcelos, engenheiro civil que se

14 Observa-se mais uma vez como o MG apresentava a ideia ao Presidente da República de que a modernização militar seria aproveitada pelos demais setores da sociedade.

dedicava ao cálculo das combinações óticas e à mecânica de precisão. Este orientava, como técnico e cientista, o trabalho do sogro e do cunhado. Para incentivar o trabalho da família Gabos, o MG, ainda em 1940, encomendou inicialmente dez “telêmetros de pressão” para artilharia de costa. Tratava-se de um instrumento de mecânica relativamente simples, mas cujo órgão principal – de que mais depende sua precisão – era uma luneta de objetiva dupla, que produzia uma imagem direta do objeto visado.

O Ministério esperava que o resultado da encomenda fosse no máximo razoável. Seu intuito não era obter telêmetros de qualidade, mas estimular uma promissora oficina familiar. Os dez telêmetros entregues superaram quaisquer expectativas: apresentavam esmerado acabamento, com uma ótica excepcional, que se mostrava superior em precisão aos instrumentos estrangeiros do mesmo tipo existentes nas unidades de artilharia de costa (MG. RMG, 1945). Tratava-se de uma inovação de “fundo de quintal”. Após o sucesso da experiência, Vasconcelos produziu um protótipo de binóculo tipo “Galileu”, com lentes e partes metálicas inteiramente fabricadas no Brasil. Submetido às provas mais severas, o binóculo mostrou-se capaz de competir de igual para igual com os similares estrangeiros.

Em 1943, a empresa estadunidense *Optics Inc. Co.* apresentou à Comissão Militar Brasileira sediada em Washington uma proposta para venda, através do *Lend-Lease Act*, de modernas máquinas destinadas à montagem de uma indústria de ótica no Brasil. Ficou estabelecida a ida de pelos menos três técnicos brasileiros de ótica aos EUA, para aprender a operar corretamente as máquinas.

Evidentemente, ninguém melhor indicado para essa missão que o Sr. D. F. VASCONCELOS (e os seus operários). Assim, seguiram para OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE, em setembro de 1943, de lá regressando em março do ano atual, os Srs. D. F. VASCONCELOS e dois dos seus melhores operários. Em seis meses de permanência na República norte-americana, o Sr. D. F. VASCONCELOS aperfeiçoou enormemente os seus conhecimentos técnicos: visitou várias fábricas de ótica, assistiu a todos os trabalhos do vidro e aos de mecânica de precisão indispensáveis à fabricação da parte metálica dos instrumentos óticos; voltou, enfim, em condições de dirigir a fabricação, entre nós, de qualquer tipo de instrumento ótico, topográfico ou de observação.

O próprio projeto da oficina de ótica foi complementado em razão do seu estágio naquele país; e o equipamento finalmente adquirido vai permitir-nos não só a realização de todos os trabalhos comuns do vidro como, também (o que não constava do projeto primitivo), a manufatura de toda a parte metálica dos instrumentos óticos (MG. RMG, 1945, p. 142).

Em 1944, o Ministro da Guerra submeteu a Vargas um projeto de decreto-lei que autorizava o MG a celebrar contrato com vigência de até dez anos para que Vasconcelos construísse, montasse e explorasse uma fábrica de instrumentos óticos. Paralelamente, o Ministério cederia ao engenheiro, em forma de arrendamento, a maquinaria chegada dos Estados Unidos, enviada pela empresa *Optics Inc. Co.* Assim surgiria a primeira fábrica brasileira de material ótico.

5 CONCLUSÃO

O Ministério da Guerra, objetivando a diminuição da dependência de equipamentos importados, contribuiu para a industrialização brasileira. Desse modo, a campanha “Consumo de Artigos Nacionais” pode ser considerada exitosa, pois aproximou o MG do principal centro produtivo do país e possibilitou um intercâmbio entre as “fábricas-laboratório” do Exército e os empresários dispostos a atender às exigências militares.

Entretanto, o empenho da corporação esbarrava na carência de estatísticas confiáveis e no que hoje conhecemos como “risco (ou fator) Brasil”: baixa qualificação da mão de obra, sistemas de comunicação inadequados e burocracia ineficaz; em última instância faltava vontade política. Em muitos momentos, os militares tentaram atuar na melhora dessas áreas, quer na formação de engenheiros na antiga Escola Técnica do Exército (hoje Instituto Militar de Engenharia) ou então na construção de estradas e ferrovias. De acordo com o então ministro da Guerra Eurico Dutra, o maior desafio do país, incluindo sua defesa militar, estava na criação de ligações das regiões Norte e Nordeste com o centro econômico do do país (MG. RMG, 1944). Contudo, como presidente, o general pouco faria para solucionar aquele problema.

O projeto nacional-desenvolvimentista atendia às demandas do alto oficialato. Figuras proeminentes como Dutra e Góes

Monteiro entendiam que a existência de um aparelho militar forte e moderno estava condicionada à existência de um Estado forte. Além disso, tais esforços atenuavam e mesmo mascaravam a realidade [política] brasileira. O regime ditatorial imposto por Vargas com o apoio dos militares em 1937 se tornava mais palatável para a grande massa da população com o populismo e com o progresso socioeconômico, medidas que transformaram Vargas no “pai dos pobres”. Neste âmbito, os contrários ao “nacionalismo prático” dos militares e de Vargas eram taxados como inimigos da nação e perseguidos.

Assim, o nacionalismo abria, por consequência, espaço para o internacionalismo. Tendo em vista as fragilidades internas, a busca pelo desenvolvimento e autonomia em áreas consideradas sensíveis e vitais obrigatoriamente passaria pela importação de máquinas e de conhecimento. A modernização do aparelho militar estava perigosamente no centro das manobras políticas de Vargas, que oscilava nas relações externas entre alimentar negócios com dois rivais, os Estados Unidos e a Alemanha. Gambini (1977) denominaria tais manobras de “jogo duplo”.

Apesar dos avanços industriais e econômicos, a derrocada dos regimes nazifascistas na Europa e pressões internas tornaram a situação de Vargas insustentável. Agora alinhados com os EUA, os militares seriam mais uma vez os árbitros do jogo político brasileiro. Dutra assumiria a presidência e daria continuidade ao projeto “nacional-desenvolvimentista”.

Tradução: Sarah Evangelista

REFERÊNCIAS

ALVES, V. C. **História de um envolvimento forçado**. São Paulo: Loyola, 2002.

AMARANTE, J. C. A. do. O exército, a educação, ciência e tecnologia e o Rio de Janeiro. In: KRIEGER, E. M.; PEREIRA C. P. F.; PEREGRINO, F. (Org.). **As Forças Armadas e o Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Assaré, 1999.

BRESSER PEREIRA, L. C. **Economia brasileira**: uma introdução crítica. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 1998.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970**. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

_____. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 4. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1998.

CARONE, E. **A Segunda República (1930-1937)**. 3. ed. São Paulo: DIFEL, 1978.

_____. **A Terceira República (1937-1945)**. São Paulo: DIFEL, 1976.

DEAN, W. **A industrialização de São Paulo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

DINIZ, E. **Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DOMINGOS NETO, M.; MOREIRA, L. G. G. O Instituto Militar de Engenharia. In: DOMINGOS NETO, M. (Org.). **O militar e a ciência no Brasil**. Rio de Janeiro: Gramma, 2010. cap. 4, p. 99-116.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (FIESP). **Circulares FIESP de 1939**. [S.l.: s.n.].

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GAMBINI, R. **O duplo jogo de Getúlio Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo**. São Paulo: Símbolo, 1977.

GOLDONI, L. R. F. **Indústria de defesa no Brasil entre as duas Guerras Mundiais**. 2011. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2011.

HILTON, S. **O Brasil e as grandes potências: 1930-1939**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

_____. **Suástica sobre o Brasil: a história da espionagem alemã no Brasil, 1933-1944**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

_____. **O Brasil e as crise internacional: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LONGO, W. P. e. Tecnologia militar: conceituação, importância e cerceamento. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 3, n. 5, p. 111-143, jul./dez. 2007.

LONGO, W. P.; MOREIRA, W. de S. O acesso a “tecnologias sensíveis”. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 5, n. 9, p. 73-98, jul./dez. 2009.

LUZ, N. V. **A luta pela industrialização do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 2004.

MCCANN, F. D. **A aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

_____. **Soldados da pátria** – história do Exército brasileiro (1889-1937). São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MINISTÉRIO DA GUERRA. **Relatório das principais atividades do Ministério da Guerra**: durante o ano de 1944 (Secreto). Rio de Janeiro: Estado Maior do Exército, 1945.

_____. **Relatório das principais atividades do Ministério da Guerra**: durante o ano de 1943 (Secreto). Rio de Janeiro: Estado Maior do Exército, 1944.

_____. **Relatório das principais atividades do Ministério da Guerra**: durante o ano de 1941 (Secreto). Rio de Janeiro: Estado Maior do Exército, 1942.

_____. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos Brasil**. Rio de Janeiro: Estado Maior do Exército, 1940.

_____. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos Brasil**. Rio de Janeiro: Estado Maior do Exército, 1939.

MOURA, G. **Autonomia na dependência**: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. **Sucessos e ilusões** – relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

NEGRO, A. L. **Linhas de montagem**: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978). São Paulo: Boitempo, 2004.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

SIMONSEN, R. C. **Evolução Industrial do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Nacional; Editora da USP, 1973.

SKIDMORE, T. E. **Brasil:** de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.